

10 NOV 1988

Qual a alternativa?

Ao se agravar o conflito entre os governadores e o Governo Federal, por causa da rolagem das dívidas estaduais, agrava-se também a perplexidade geral ante a constatação de que, efetivamente, nossas lideranças não estão preparadas para implementar a prioridade que o interesse público tem sobre os projetos políticos pessoais. Os governadores insistem em algo que a sociedade brasileira não pode aceitar: a precdência dos programas estaduais de obras sobre o combate à inflação.

Longe de nós supor que sejam irrelevantes os programas de obras dos Estados. Não o são. Mas estamos igualmente longe de imaginar que, em confronto com o conjunto de interesses da sociedade, eles sejam prioritários. A inflação ascendente, movida pelo déficit orçamentário da União que o terá de financiar com recursos inflacionários, não é alternativa que se possa considerar. Ora, se essa é a única alternativa — e nenhum governador apresentou outra — resulta óbvio que a insistência na priorização dos programas dos Estados tem a ver apenas com projetos políticos pessoais, porque, do ponto de vista do interesse público, nem se discute a preferência.

Os governadores precisam entender, como boa parte da sociedade começou a entender através do pacto social, que os regimes altamente inflacionários não

são harmônicos com programas de investimento, ainda que socialmente justificáveis. Nossa inflação é, todos sabem, fruto do desequilíbrio das contas públicas. Contê-lo é, portanto, o instrumento para a desaceleração do processo inflacionário. Porque os governadores entendem que, em relação a si próprios, a regra não se aplica?

A inflação tem que parar, ainda que seja necessário parar também o País. Não adianta investir se o custo desse investimento é a hiperinflação, esta sim destruidora de toda a paz social e da ordem política. Os governadores e seus projetos políticos pessoais seriam os primeiros a perder no contexto de uma economia descontrolada, porque esta situação levará, em primeiro lugar, à substituição das lideranças, responsáveis ou não pelo processo desencadeado.

O Governo Federal tem o dever, no interesse do País, de não ceder à pressão. Se os governadores consideram vital, como o dizem, a manutenção do encargo das suas dívidas nas mãos do Governo Federal, cabe-lhes apresentar alternativas viáveis de corte no Orçamento da União. Se não o fizerem, estarão apenas considerando que seus interesses se sobrepõem a todos os demais interesses. Neste caso, o bom senso impõe-nos o dever de apoiar a decisão já estabelecida, isto é, eles terão de pagar suas dívidas.